

**Eixo: Respuestas Teórico-Metodológicas de la Geografía ante las recientes espacialidades**

**Sub-eixo: Evolución del pensamiento geográfico**

## **Notas preliminares sobre as relações entre o IHG e a construção do pensamento geográfico mineiro**

*2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades*  
**Doralice Barros, PEREIRA<sup>1</sup>; Rogata Soares, DEL GAUDIO<sup>1</sup>**  
*1 - UFMG.*

*“O passado não reconhece o seu lugar: esta sempre presente”.*  
Mário Quintana

### **Resumo**

As reflexões que ora apresentamos têm um caráter preliminar, uma vez que a pesquisa “*A contribuição do IHG para a construção do pensamento da geografia em Minas Gerais*” teve início em agosto de 2008. Para este artigo, o objeto foco foram as publicações do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais - IHG-MG Gerais. Os temas tratados nas Revistas do IHG-MG possibilitaram identificar uma primeira organização das seguintes temáticas: ilustres agraciados ao longo dos volumes eternizando os fatos e feitos memoráveis à pátria e a Minas Gerais; os símbolos da nação valorizados com destaque para a bandeira; alguns conteúdos canônicos próprios à geografia; abordagens relativas à questão ambiental; discussões e eventos relacionados à construção da “mineiridade” bem como a atuação do IHG-MG. Em síntese eles reafirmam representações de Minas e da nação que se deseja/desejava manter, restando aprofundar a averiguação se era uma produção intencional, materializada em lugares, homenagens e celebrações que reavivam a memória.

### **Introdução**

Diversas versões da história do Brasil possibilitam também a confecção de múltiplas representações<sup>1</sup> do país. A necessidade de identificá-lo como nação<sup>2</sup> nos remetem às colocações de REIS (2007: 15) sobre o que ele “*foi, está sendo e o que se tornará?*” O autor pontua que “*o passado continua agindo depois da mudança, por mais radical que essa tenha sido; mas a mudança pode alterar bastante o passado, dependendo da sua profundidade*” (idem). Com tais preocupações objetivamos compreender o papel que o IHG-MG como instituição teve e ainda guarda na missão de construir, reiterar e re-

---

<sup>1</sup> Para Lefebvre (1980), as representações nascem como símbolos no imaginário e se fortalecem tornando-se correntes quase instituídas.

<sup>2</sup> A definição de nação que utilizamos é retirada de Anderson: “*uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.*” (2008: 32)

interpretar a história e a geografia do/para o país,

*“ora os intérpretes do Brasil valorizam o espaço da experiência brasileira, o que o Brasil já foi e ainda é, ora valorizam o horizonte de espera, o que o Brasil quer ser e ainda não é. As idéias passadas influem sobre as presentes -, a originalidade não é pura”* (REIS, 2007: 15).

Neste sentido, o IHG-MG embora não pretenda reconstruir a história e a geografia nacionais procura a interface de Minas e do Brasil, ou seja, os vínculos entre o nacional e o regional.

Os Institutos Históricos e Geográficos no Brasil obtiveram estímulos à sua atuação a partir de 1838, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, durante o Segundo Império de D. Pedro II. Aquele Instituto foi responsabilizado prioritariamente, pela construção de uma narrativa sobre a “*jovem*” nação brasileira, posto que encarregado de construí-la. Essa instituição, situada na então capital do Império (Rio de Janeiro), concentrava-se em conhecer e divulgar características do Brasil<sup>3</sup> aos brasileiros – e claro, contribuir para constituí-los. Enquanto entidades relacionadas à Geografia mais antigas e de peso na divulgação de um conteúdo geográfico ligado às suas diferentes correntes epistemológicas, interessa-nos verificar como suas idéias se disseminaram em Minas, já no contexto da República e do Federalismo, que reforça o regionalismo e enfraquece a centralização política:

*“a nação recém-independente precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro [...] a nação brasileira seria construída racionalmente pelo Estado imperial, autoridade indiscutível, absoluta.”* (REIS, 2007: 25 e 47).

No segundo império, a criação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em 1883 (MARY, 2005: 156) e o IHGB fundados nos moldes de seus correlatos na Europa objetivavam levantar e catalogar documentos históricos, financiar viagens e explorações no território nacional. Os documentos históricos e geográficos (monografias) produzidos por essas instituições serviriam de base para a construção de um *corpus* científico e racional que “*recontaria*” a história e apresentaria as singularidades fundamentais do território nacional (seus limites, especificidades, paisagens, contrastes e possibilidades econômicas).

No âmbito dos Institutos Histórico e Geográfico no Brasil, o conhecimento geográfico do território tem por finalidade consolidar uma imagem positiva da nação. Desse modo, fácula-se aos brasileiros uma unidade identitária-territorial, pautada na valorização da extensão continental e na natureza edênica do Brasil (CHAUÍ, 2000; CARVALHO, 1990/2005), ambas vinculadas à ideologia nacional<sup>4</sup> e associadas à Geografia. Assim, “*a unidade deverá ser preservada a qualquer custo. O Estado funcionará como um ímã da nação gigantesca: assegurará a ordem, a lei, a religião, a unidade. Ele continuará a ação civilizadora da Europa branca*” (REIS, 2007: 47).

<sup>3</sup>Era atribuição do IHGB, a instituição de expedições exploratórias do território nacional, nos moldes daquelas patrocinadas por entidades européias. Assim, o IHGB - Rio de Janeiro em 16/01/1859 institui uma expedição para o Ceará através da Comissão Exploradora do Território Nacional (IHGB, 2009).

<sup>4</sup>A ideologia nacional corresponde a “*uma dimensão estrutural do modo de produção capitalista e (...) reporta-se a uma comunidade de cidadãos livres e iguais, comunidade fortemente vinculada a um território e cuja soberania se expressa no “seu” Estado.*” (ALMEIDA, 2006: 69)

Exemplificando este processo de reconstrução da história e da geografia nacionais, observamos nas revistas publicadas do IHG-MG o reforço na construção de um imaginário acerca das relações amigáveis entre o Brasil (colônia) e Portugal (sua metrópole), a despeito da exploração vigente no processo de organização do sistema-mundo moderno-colonial, para usar a expressão de Haesbaert e Porto Gonçalves (2006). Assim, o artigo de Guaracy de Castro Nogueira que tem por título “*Portugal e Brasil: uma pátria só!*” (RIHG-MG<sup>5</sup>, vol. XXII, Tomo 1 de 1992-1998: 184) é bastante ilustrativo.

Em edição comemorativa do V Centenário do Descobrimento do Brasil e a Colonização Portuguesa, o artigo “*A herança portuguesa e os 500 anos do Brasil*” de Marco Aurélio Baggio realça as vantagens da colonização portuguesa, notadamente a miscigenação: “*os portugueses souberam misturar-se com os povos autóctones indígenas, sem maiores preconceitos, gerando a semente de povos novos dos quais o brasileiro é o maior resultante*” (RIHG-MG, vol. XXIII, 2000: 369). Mais do que isto ele nos faz pensar na fecundidade do mito fundador “*aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo*” (CHAUÍ, 2000: 9).

A partir da criação do IHGB, no Rio de Janeiro observa-se o estímulo à inspiração de entidades análogas nos demais estados da federação brasileira e em diversas cidades, bem como a publicação de suas produções como, por exemplo, a Revista do IHGB<sup>6</sup> fundada em 1839 à qual a RIHG-MG o segue. Mais recentemente foi organizado o Cadastro<sup>7</sup> nacional de pesquisadores brasileiros vinculados aos Institutos Históricos (IHGB, 2009).

As atividades dos Institutos se multiplicam nos terrenos culturais e cívicos, com volumoso e significativo acervo bibliográfico, hemerográfico, arquivístico, iconográfico, cartográfico e museológico, abertos ao público e da realização de conferências, exposições, cursos, congressos e afins (IHGB, 2009). Os Institutos também contam com Comissões Permanentes de missão cultural como é o caso do IHG-MG que, com nove comissões, cobre aspectos da História, Geociências a Biblioteca e a Revista (Estatuto IHG-MG, 2006: 15).

Quanto aos participantes<sup>8</sup> dos IHGs, cinco categorias em Minas estão inscritas no seu Estatuto: **efetivos**, num total de 100 residentes no Estado de Minas Gerais, por um período mínimo de tempo de cinco anos, regularmente empossados, ocupando cadeiras com patronos definidos; **correspondentes**, em número ilimitado; **eméritos**, ex-efetivos; **honorários**, personalidades de reconhecida expressão moral e cultural, destacadas por excepcionais merecimentos, a quem a Associação houver por bem homenagear com a outorga do título; **beneméritos**, os que prestaram serviços ou benefícios relevantes à

<sup>5</sup> Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

<sup>6</sup> O IHGB do Rio de Janeiro editou sem interrupção mais de 425 números, se consagrando como a mais antiga publicação do gênero em todo o mundo; seu 1º número data do 1º trimestre de 1839 (IHGB, 2009).

<sup>7</sup> Proposta aprovada no II Colóquio de Institutos Históricos brasileiros, em 2002, no Rio de Janeiro (IHGB, 2009).

<sup>8</sup> De acordo com o Art.5, os requisitos para admissão constituem-se em: “a) *capacidade civil*; b) *reputação ilibada*; c) *proposta feita, no mínimo por três associados efetivos, no gozo de seus direitos estatutários, com a aprovação da Diretoria*; d) *votação favorável no Plenário*. *Parágrafo único - Para a admissão não há distinção de sexo, nem discriminação de características raciais, crença religiosa, convicção filosófica ou política*” (Estatuto IHG-MG, 2006: 2).

Associação (IHG-MG, 2006:1).

Se, ao IHGB o apoio do imperador D. Pedro II foi fundamental posto que este incentivasse e financiasse com doações e sala no Paço Imperial para a sede do Instituto, além de presidir mais de 500 sessões, ao IHG-MG este papel coube ao então presidente da Província<sup>9</sup>. Este cedeu o espaço para o funcionamento do Instituto, embora não tenha oferecido tanto aporte financeiro como o Imperador ao IHGB. Somente a partir da década de 1960 é que o IHG-MG passou a contar com alguma dotação orçamentária advinda da Loteria Estadual.

A despeito destas diferenças na criação e manutenção dos dois institutos, notamos certa continuidade temática pelo menos no plano das publicações. Se a construção da nação, para o IHGB assentou-se no tamanho do país e na sua unidade lingüística e religiosa alcançada pela ação política do governo imperial que, além disso, representava a continuidade do sistema político europeu nos trópicos, no IHG-MG este processo encontra eco em artigos como “*Nosso idioma é a língua portuguesa*” por José Geraldo de Faria (RIHG-MG, vol. XXII, Tomo 1 de 1992-1998: 312), ou “*A Língua do Brasil*” de Avelar Rodrigues (RIHG-MG, vol. XXIII, 2000: 132).

Essa construção simbólica da língua teve no IHGB sua principal agência de elaboração e representava, de certo modo, o “*excepcionalismo*” brasileiro,

*Éramos o único governo monárquico no meio das “republicuetas” da América Latina. (...) No início do século XX, assistiu-se à emergência de outro grande mito nacional – o da democracia racial ou da “fábula das três raças”, na conceituação de Roberto DaMatta. Esta foi e é a grande ideologia nacional que junta nação e povo. (OLIVEIRA, 2000: 35-6)*

Portanto, cabia ao IHGB sintetizar as características regionais, reconhecer a diversidade e incorporá-las ao discurso “*nacional*”. A ausência de debates sobre as diferenças internas do Brasil se justificava pelo risco iminente de fragmentação, nos moldes da América Hispânica. (CARVALHO, 2005; REIS, 2007) Possivelmente e em parte por isso, os Institutos estaduais tinham no IHGB não apenas uma referência, mas um modelo e “iguais” para dialogar.

A construção de um imaginário no qual o território tornou-se, progressivamente, um patrimônio que a nação deve preservar como herança para as novas gerações, acabou determinando também, a forma e as relações do Estado com “*seu espaço*” compreendido como “*realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar*” (RAFFESTIN, 1983: 144). Estrategicamente, a produção e apropriação do conhecimento geográfico foram, e têm sido um mecanismo de valorização e legitimação dos direitos da sociedade sobre seu território, criando certa indissociabilidade entre este e o destino da nação (CASTRO, 2006).

### ***O IHG em Minas Gerais***

O IHG em Minas Gerais chegou com a afirmação da república, um período de lutas em torno da centralização e descentralização administrativa, pois, em fins do século XIX, o sentimento de brasilidade não havia ainda tomado forma nem consistência. Em Minas Gerais, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico ocorreu em 16 de junho de 1907,

<sup>9</sup> Assim designados até a década de 1930, os atuais governadores estaduais no Brasil.

sendo instalado em 15 de agosto do mesmo ano, tendo por primeiro presidente João Pinheiro da Silva. Constitui-se de uma associação civil de caráter cultural, científico e educacional, sem fins econômicos, de duração ilimitada (Estatuto do IHG-MG, 2006: 1). Sua finalidade compreende: o estudo, a pesquisa e a divulgação das seguintes áreas do saber humano: “*História, Geografia, Geologia, Arqueologia, Antropologia, Sociologia, Paleontologia, Heráldica, Genealogia, Medalhística, Indigenismo e Estatística, além de outras de caráter complementar, com ênfase especial e permanente em todos os estudos que se referirem ao Estado de Minas Gerais*” (Estatuto do IHG-MG, 2006, Art. 2º: 1). Ainda conforme este estatuto, no Art. 74, seus Fundos Sociais são oriundos

*“das jóias de admissão e das trimestralidades de associados efetivos; de contribuições eventuais de associados correspondentes, eméritos, honorários e beneméritos; de doações; de subvenções; de taxas de cursos; de rendimentos provenientes da Revista do Instituto e de outros rendimentos, inclusive aqueles oriundos de aplicações financeiras”.*

Como anteriormente mencionado o presente artigo deriva de reflexões estabelecidas no âmbito da pesquisa sobre a contribuição do IHG-MG para a construção do pensamento geográfico em Minas Gerais. Interessa-nos saber que geografia foi e é produzida pelo IHG-MG e quais são as suas articulações com a construção de duas ideologias<sup>10</sup> pelo menos, a mineiridade<sup>11</sup> e a nacional. Que entendimento esse instituto possui acerca das políticas centradas no espaço?

Para responder a essas questões, os procedimentos metodológicos envolveram o levantamento documental do IHG-MG e de suas publicações em especial a RIHG. A análise do material foi efetuada, primeiro, utilizando algumas técnicas da Análise de Conteúdo, que auxiliou na discriminação de grandes categorias a partir da avaliação do vasto material impresso sem desconsiderar seus limites teóricos – “*um grilhão positivista*” a cercear os sujeitos da/na pesquisa (ROCHA e DEUSDARÁ, 2005). Em seguida aplicamos algumas técnicas pertinentes à Análise de Discurso especialmente no refinamento das categorias e nas averiguações mais profundas acerca dos discursos produzidos pelo IHG-MG considerando que, conforme Bakhtin

*“a cada etapa do desenvolvimento da sociedade, encontram-se grupos de objetos particulares e limitados que se tornam objeto de atenção do corpo social e que, por causa disso, tomam um valor particular. [...] Como se pode determinar este grupo de objetos ‘valorizados’? [...] Primeiro, é indispensável que ele esteja ligado às condições sócio-econômicas essenciais do referido grupo, que concerne de alguma maneira às bases de sua existência material. [...] Em outras palavras, não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social.”* (BAKHTIN, 1992: 44-45)

<sup>10</sup>“*Ideologia*” pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as idéias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse (ŽIŽEK, 1996: 9).

<sup>11</sup> A mineiridade “*seria uma visão que se construiu a partir da realidade de Minas e das práticas sociais. Por fundar a figura abstrata dos mineiros, a mineiridade tem características do mito; estes, ao identificarem-se com esta construção absorvem o pensamento mítico e colaboram para a sua permanência; o mito quando politicamente instrumentalizado; adquire dimensão ideológica*”. (ARRUDA, 1990: 198)

As análises dos artigos e demais documentos presentes nos 30 volumes da Revista do IHG-MG de 1943 a 2007 considerou: os autores, sua posição política e/ou profissional. A forma e os conteúdos apresentados assim como os sujeitos aos quais se dirigia o discurso. Agrupamos temas tidos como canônicos para a geografia (p.ex. as questões de limites e fronteiras). Procuramos verificar as inter-relações e as interpelações entre um discurso regional e outro nacional que tem por foco o espaço e território.

### *Análises preliminares da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas*

O exame de 30 exemplares da RIHG-MG nos possibilitou agrupar as temáticas nas seguintes categorias: ilustres agraciados ao longo dos volumes eternizando os fatos e feitos memoráveis à pátria e a Minas Gerais; os símbolos da nação com ênfase para a bandeira; os conteúdos canônicos da geografia com destaque para a questão dos limites fronteiriços entre Minas Gerais e Espírito Santo e a questão ambiental; elementos que remetem à mineiridade; a atuação do IHG em Minas Gerais.

No que diz respeito aos ilustres agraciados nos reportamos à produção de uma história biográfica, constituindo uma galeria de vidas exemplares que iluminavam a ação futura (STEIN & STEIN, 1964, apud REIS 2007: 25). Acrescentamos que a reiteração de homenagens a alguns destes ilustres em variados exemplares visam recuperar um passado de honras e glórias... Apesar de os “*sujeitos históricos brasileiros viverem/sonharem, seus intérpretes organizaram esse seu vivido/sonho de formas distintas em épocas distintas*” (REIS, 2007: 20). A seleção destes ilustres e não de outros deriva de um fundo ideológico que pretende preservar uma versão da história de feitos e sucessos para Minas e a nação.

Consideramos o círculo de participantes do IHG-MG como um campo, na acepção de Bourdieu<sup>12</sup> (1983). Isso nos remete ao peso que tem para o candidato a sua rede de relações sociais enquanto passe para o seu “ingresso” na Instituição. Um segundo requisito que o candidato/membro tem e que o credencia à sua inclusão no Instituto corresponde a sua formação e reputação acadêmico-científica, política ou tecnológica que pode habilitá-lo como portador de uma “*vontade coletiva*” advinda da representação de uma entidade ou grupo social. Sua inclusão pressupõe a posse de um *quantum* mínimo de capital (cláusulas do Estatuto IHG-MG).

As relações sociais por seu turno decorrem de um conhecimento partilhado entre seus sujeitos cujo

*“significado as precedem, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação. Além disso, não há possibilidade de que os participantes da interação se imponham significados, já que o significado é reciprocamente experimentado pelos*

<sup>12</sup> Para Bourdieu, “o campo de discussão que a ortodoxia e a heterodoxia desenham, através de suas lutas, se recorta sobre o fundo do campo da doxa, conjunto de pressupostos que os antagonistas admitem como sendo evidentes, aquém de qualquer discussão, porque constituem a condição tácita da discussão: a censura que a ortodoxia exerce - e que a heterodoxia denuncia - esconde uma censura ao mesmo tempo mais radical e invisível porque constitutiva do próprio funcionamento do campo, que se refere ao conjunto do que é admitido pelo simples fato de pertencer ao campo, o conjunto do que é colocado fora de discussão pelo fato de aceitar o que está em jogo na discussão, isto é, o consenso sobre os objetos da dissensão, os interesses comuns que estão na base dos conflitos de interesse, todo o não-discutido, o não-pensado, tacitamente mantidos fora dos limites da luta” (BOURDIEU, 1983: 146).

*sujeitos*” (MARTINS, 2000: 59).

Os primeiros membros do IHG-MG se credenciaram pela posse de cabedal político (gerentes do sistema político em Belo Horizonte ou em Minas Gerais), ou do capital cultural associado ao capital de representação (cientistas e diretores de órgãos estatais que articulam interesses de frações do capital), ou ainda a posse do capital econômico combinado com o capital de representação. Para ilustrar, na primeira Revista, registra-se como Presidente de honra do IHG-MG, Getúlio Vargas e o discurso do Dr. Juscelino Kubitschek enaltece:

*“A obra que o Instituto realiza tem, pois, o duplo sentido de projetar sobre as horas do futuro a sombra gloriosa que se desprende do passado e de proporcionar aos espíritos ávidos de aperfeiçoamento a terra cheia de húmus de nossas melhores verdades históricas.”* (RIHG-MG, vol. I, 1943-44)

Em comum, constatamos que os membros eram/são portadores de grande volume de capital social, representado por estreitas relações pessoais (e até de parentesco) com membros das elites políticas e científicas mineiras engajadas na criação do IHG-MG. A entrada de novos segmentos não exige um período de *“experiência”*, mas aclara uma sistemática bastante excludente ao fixar em 100, o número máximo de membros (Estatuto Art. 4, IHG-MG, 2006: 1). Tal prática congela a ampliação e diversificação de representações, afigurando-se uma sorte de oligarquização cujo exercício efetivo do poder concentra-se numa elite interna, sua diretoria com 13 membros. Valeria ainda à pena apreciar um pouco mais qualitativamente a composição da *“elite dirigente”* do IHG-MG, pois Pêcheux adverte,

*“se é verdade que a ideologia recruta sujeitos entre os indivíduos (...), precisamos saber de que modo ‘voluntários’ são designados nesse recrutamento (...), como os indivíduos aceitam como evidente o sentido daquilo que ouvem e dizem, lêem e escrevem (ou do que tencionam dizer e do que se tenciona dizer a eles) na condição de sujeitos falantes.”* (PÊCHEUX, 1996:151)

Os ilustres mencionados nas publicações se referem aos políticos mineiros com cargos de presidentes da Província tais como Oscar Negrão de Lima, Paulo Pinheiro Chagas, Pedro Aleixo, Pedro Nava (RIHG-MG, vol. XXX, 2007: 228), ou um quase presidente da República - um volume da Revista foi dedicado a Tancredo Neves (RIHG-MG, vol. XXI, 1986-1991). A partir da década de 1930 são comuns as citações dos governadores Israel Pinheiro, João Pinheiro, Milton Campos, Magalhães Pinto, Levindo Ozanam Coelho, dentre outros. São citados também alguns prefeitos da cidade de Belo Horizonte como Otacílio Negrão de Lima (RIHG-MG, vol. III, 1948) e outros personagens de atuação política notável.

As eminências eclesiásticas foram também privilegiadas visando expandir a fé com homenagens ao Padre José de Anchieta, apóstolo do Brasil, que por sua vez remete a construção de outro elemento da ideologia nacional que reporta à religiosidade *“dos brasileiros”*, *“a maior nação católica do mundo”*. Daí também as referências ao Papa, em especial a morte de Pio XII (RIHG-MG, vol. V, 1958). O jogo de escalas se estabelece também em relação às referências religiosas locais caso do Cardeal Dom Serafim Fernandes de Araújo (RIHG-MG, vol. XXVI, 2005).

São recorrentes as citações a Santos Dummont (RIHG-MG, vol. XXII, Tomo I,

1992-98) além de ter sido publicada uma *Edição comemorativa do centenário do vôo do aeroplano 14-Bis de Alberto Santos Dummont, o “Pai da Aviação”* (RIHG-MG, vol. XXVIII, 2006). Isso possivelmente tem por objetivo denotar a importância tecnológica e científica de Minas Gerais inclusive reconhecida no plano mundial.

Os fatos e feitos memoráveis à pátria e a Minas Gerais remarcam guerras, insurreições, como “*A Revolução Liberal de 1842; Inconfidência [Mineira], a Guerra dos Emboabas*” (RIHG-MG, vol. XXII- 1992-98); a comemoração da Semana da Pátria e do dia da Independência, a Comemoração do 250º aniversário da Capitania de Minas Gerais ou mesmo, aos empreendimentos como as bandeiras, destacando o seu caráter integrador do território brasileiro como no artigo “*A Bandeira de Fernão Dias Pais como fator de integração*” por Benedicto José de Souza (RIHG-MG, vol. XX, 1983-85: 117).

O realce a símbolos como a bandeira procura estabelecer uma espécie de interpelação, pois vê-se que são destacados tanto a bandeira nacional quanto a estadual, em distintas conjunturas. No caso estadual, o artigo “*Em defesa da Bandeira de Minas*” por José Geraldo de Faria (RIHG-MG, vol. XX, 1983-85: 74) trata do conteúdo da bandeira de Minas e em outro trabalho, “*O símbolo da pátria*”, Wilson Veado exalta a bandeira nacional, para “*Sentir a brasilidade*” (RIHG-MG, vol. XXVI, 2005: 299).

Assim, personalidades, bandeiras, hinos, centenários podem ser acolhidos como signos, significações/materializações ideológicas da nação ou dos estados que os compõem; podem significar sua transposição do “*imaginado*” (ANDERSON, 1989) para o mundo “*material*”. Sem dúvida, tais manifestações colidem, por exemplo, com o “*Discurso de Tancredo Neves*” que, ao defender as prerrogativas da nacionalidade (RIHG-MG, vol. XXI, 1986-91: 78), salienta a simetria Minas/Brasil, reforçando por sua vez a “*mineiridade*”, como no artigo “*No curso dos tempos, Minas se tem distinguido pelo valor de sua colaboração à grandeza do Brasil*” escrito por Israel Pinheiro ex-governador de Minas Gerais, quando das solenidades de 21 de abril de 1966, em Ouro Preto (RIHG-MG, vol. XII, 1965-66: 279).

Ainda em relação à mineiridade nota-se a reiteração da figura de Tiradentes<sup>13</sup>, referido mais de 20 vezes nas revistas. Apesar de vangloriá-lo, há um trabalho que visa colocá-lo de modo diferente, “*Um documento interessante: “Tiradentes não era um “pobre coitado”*” por Waldemar de Almeida Barbosa (RIHG-MG, vol. XXII, Tomo I, 1992-98: 81) e no mesmo exemplar, Paulo Gomes Leite discute “*O suporte ideológico da Inconfidência Mineira*” (RIHG-MG, vol. XXII, Tomo I, 1992-98: 113). O desvelo pelo mártir decorre da

*“representação que fazem de Tiradentes, personagem símbolo da Inconfidência Mineira, síntese da luta pela liberdade e pela independência do Brasil...Celebrado como herói nacional há mais de um século, Tiradentes tornou-se portador de qualidades extraordinárias...”* (FONSECA, 2007: 650).

Tancredo Neves, ex-governador estadual e presidente eleito, no discurso “*A Hora de Minas Gerais*” (RIHG-MG, vol. XXI- 1986-91: 76-78), saúda as qualidades de Minas e dos

<sup>13</sup> “*Um dos fatores que pode ter levado à vitória de Tiradentes [como herói nacional] é sem dúvida o geográfico. Tiradentes era o herói de uma área que, a partir da metade do século XX já podia ser considerada o centro político do país – Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, as três capitanias que ele buscou, num primeiro momento, tornar independentes.*” (CARVALHO, 1990: 67) Não é a toa que Tiradentes é figura fundamental para a construção da mineiridade e a reiteração desse regionalismo num âmbito nacional.



mineiros, abstratamente homogêneos: “*Possuímos a mais eficiente força de trabalho do país. O trabalhador mineiro é competente, dedicado e dotado de alto senso de disciplina...*”. Mais adiante neste mesmo discurso, Tancredo Neves reafirma a importância de Minas e o seu compromisso com a liberdade.

Minas Gerais é balizada em dois movimentos. Um primeiro para o exterior, como no trabalho, “*Projeção internacional da economia mineira colonial*” (RIHG-MG, vol. XIV, 1969-70) e “*Pré-história e inscrições rupestres de Minas Gerais*” (RIHG-MG, vol. XXVI, 2005) ou pontuando no mesmo volume, a atuação dos Estudantes de Medicina Brasileiros, ativistas do iluminismo, em Montpellier, no século XVII, por João A. Salgado, que assinala a relação entre a formação de 15 jovens brasileiros no exterior e as repercussões políticas geradas no Brasil quando de seu retorno e idéias. O segundo como um movimento de fora para dentro, ou seja, como Minas ampara certos acontecimentos, “*De como notícias da Revolução Francesa chegam ao Brasil*” por Clery A. Gomes D’Assumpção (RIHG-MG, vol. XV 1971-1972:181) que indica o estado como o primeiro a manifestar-se favorável ao processo, demarcando sua importância política, bem ao gosto da mineiridade.

Os temas apreciados pela Revista do IHG-MG coadunam com a geografia e os paradigmas que a construíram. Dentre os temas, evidências se apuseram à Geografia Clássica, exemplificadas pelas questões dos limites inter-municipais e inter-estaduais de Minas com São Paulo e Espírito Santo, sua divisão territorial, e os riscos de desmembramento do estado, caso do artigo que analisa a Criação do Estado de Minas do Sul (RIHG-MG, vol. V, 1958). Certos impasses de fronteiras consagram o papel do IHG-MG, como na disputa entre Minas e Espírito Santo, a chamada “*Região Contestada*” (Prof. Darcy Bessone “*Histórica pendência entre Minas e Espírito Santo*”, RIHG-MG, vol. X, 1963, p. 95).

A conformação de uma região ou estado demanda em sua história o homogeneizar do “*povo*” e do território para dentro e o diferenciá-los para fora, a partir de fronteiras, linhas aparentemente bem demarcadas e estáveis. Não se trata somente de dominação e sim de artifícios de formação da “*identidade nacional/regional*” e de “*amor à pátria*” (DEL GAUDIO, 2006).

Inúmeras cidades/localidades constituíram objeto de estudo ou referência nas Revistas, em razão de sua origem, formação, homenagens, alteração de nomes, ou até a polêmica dos custos políticos, de localização e financeiros de criação de uma nova capital, e a relação com o ciclo do ouro ou o patrimônio cultural do Estado. A preservação do patrimônio mineiro foi sublinhada em “*Minas tem o maior número de cidades tombadas pelo patrimônio histórico nacional*” (RIHG-MG, vol. XVI, 1975: 479).

Somente em 1958 o termo Geografia surge em título de artigo, “*Geografia, Folclore e História*” de Maurício Teophilo B. Otoni (RIHG-MG, vol. V, 1958), “*Para compreender a nossa própria natureza e o ambiente em que vivemos, precisamos levar em conta essas três evoluções: a cósmica, a biológica e humana ou cultural*”. Otoni, em breve explicação, mostra os eficientes e definitivos saldos que os estudiosos obtêm da cooperação recíproca da Geografia Humana (Antropogeografia), História e Folclore de um povo.

Um domínio caro ao ideal de nação e de povo alude à caracterização étnica e de costumes. Tabajara Pedroso a redige: “*Velhos padrões humanos de Minas Gerais*” (RIHG-MG, vol. XVI, 1975: 301). Quanto à composição do povo e à estruturação do território impinge-se a oposição litoral e sertão. No Brasil colonial e imperial a maior parte da população era de escravos africanos, indígenas e uma pequena quantidade de europeus, que compunha principalmente as elites – ainda que existissem brancos pobres. A raça, a

escravatura, o indigenismo, a presença de outros povos como judeus ou mesmo ciganos, contribuía também, para contrapor o litoral - associado ao longo do tempo à idéia de modernidade e civilização, de forte viés europeu -, ao interior, o sertão, que equivaleria ao atraso, ao arcaico e primitivo. A influência das idéias eugenistas e racialistas do século XIX junto às elites brasileiras, apontam os riscos de “*degeneração*” diante da “*mistura de raças*”<sup>14</sup> (CHAUÍ, 2000). O artigo “*Pregavam a justiça e a paz entre colonos e índios*” de Sigefredo Marques Soares trata das ações civilizatórias européias empreendidas por padres como Nóbrega, Anchieta e outros (RIHG-MG, vol. XVI, 1975: 439), no sentido de apaziguar – pelo menos teoricamente – tais diferenças.

Esse quadro sintético expõe a dificuldade de construção de uma idéia de nação assentada no “*povo*”. Então, qual o substituto capaz de permitir aos brasileiros, construir uma unidade não apenas territorial, mas também identitária? A idéia de natureza edênica, o mito das três raças, a grandeza territorial, enfim, a construção da ideologia nacional calcada nos aspectos geográficos.

Neste contexto, a geografia foi chamada a colaborar para a constituição imaginada da nação brasileira e de Minas Gerais, sobretudo na medida em que é a Geografia (e aquilo que ela se propõe como objeto de estudo: a “*terra e o homem*”, ou, mais modernamente, a “*sociedade e a natureza*”) que acaba por fornecer a matriz para a construção de “*nosso orgulho e identidade nacional*” (a natureza<sup>15</sup>, a extensão territorial, o povo).

Assim, em Minas Gerais, foi possível que à instalação do IHG se vinculassem duas idéias: uma, de conhecer, mapear e explorar a natureza; outra, ligada à posição econômica e política do estado no conjunto da federação brasileira. Como a relação entre as províncias e o Estado tensionava-se pelas lutas em torno de qual modelo de federação seria o mais adequado aos seus interesses, as filiais dessas sociedades podem ter incidido na articulação de uma coesão a um projeto de nação. Daí a reiteração da mineiridade e do papel de equilíbrio por esta atribuído a Minas Gerais.

A atuação do IHG-MG mais se realça ao exatificarem o seu papel e esforço, como quando da elevação de Mariana a monumento nacional (RIHG-MG, vol. II, 1946: 50), a transferência da capital federal para Brasília (RIHG-MG, vol. V, 1958, vol. VII, 1960 e vol. VIII, 1961); a mudança do atual nome do Rio Uberabinha (RIHG-MG, vol. VII, 1960); na

<sup>14</sup> Alguns teóricos nacionalistas posteriormente irão transformar os riscos de degeneração da raça em aspectos positivos a partir do mito das três raças, porque eliminava os preconceitos e possibilitava a convivência na construção da nação. A inversão do discurso, no entanto, não altera as condições da maioria da população e dificulta mudanças sociais. Assim, o atraso brasileiro não seria vinculado às questões sociais (sobre-exploração), econômicas (manutenção da propriedade privada) e políticas (apropriação privada do público) mas ao determinismo, o clima e à temperatura, responsáveis pela indolência, preguiça e baixa produtividade dos brasileiros.

<sup>15</sup> Carvalho (2005) aponta tanto para uma redução na importância da “*natureza*” como “*mito fundador*”, ou melhor, “*razão de nosso orgulho e unidade*” frente à crescente valorização do “*povo*” a partir da República, quanto para a manutenção e vitalidade do “*motivo edênico*”: “*desde os cronistas coloniais, a natureza e suas belezas, grandiosidade e riquezas aparece como marca principal da identidade do País. De Gandavo a Simão de Vasconcelos, a Rocha Pita, a Gonçalves Dias, ao Conde Afonso Celso, a Osório Duque Estrada [...], o ufanismo brasileiro gira em torno das belezas e riquezas naturais. Pesquisas de opinião pública feitas ano passado pela Vox Populi e pelo Centro de Pesquisas e Documentos da Fundação Getúlio Vargas e Instituto Superior de Estudos da Religião atestam a vitalidade do motivo edênico. No Brasil inteiro, tanto quanto no Rio, o principal motivo de orgulho do brasileiro é a natureza com sua grandiosidade, seu clima, sua beleza, suas riquezas minerais. O caráter do povo vem em segundo lugar e, em distante terceiro, as conquistas sociais dos brasileiros.*” (CARVALHO, 2005: 331)

valorização dos notáveis mineiros com homenagens e cerimônias, muitas efetuadas por Paulo Krüger C. Mourão, como “*Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*” (RIHG-MG, vol. XII, 1965-66:209) que conta a sua história, envolvendo personalidades políticas expressivas do início do séc. XX.

O IHG-MG não deslinda somente um passado glorioso e propenso para a nação ou para Minas. Há indícios de denúncias em alguns trabalhos, da degradação ambiental em “*Vale do Alto Paraopeba*” por Victor Figueira de Freitas (RIHG-MG, vol. X, 1963 p. 301) quando descreve a história da região. Em “*Desolação*”, Manuel Bispo critica o governo do ex-presidente Castelo Branco por desprezar o tombamento do Pico do Itabirito, consumido pelas mineradoras e cita Carlos Drummond de Andrade (RIHG-MG, volume XXII, 1965-66: 331). Após um longo período a exploração de recursos naturais aparece em “*História de Brumadinho*” de Márcio José da Cunha Jardim (RIHG-MG, vol. XXIV, 2001: 81). De modo mais incisivo, o volume XXV de 2004 abriga desafios hodiernos com: “*Problemas Ecológicos*” de Edir Carvalho Tenório, abordando a erosão, terrenos em declive, estratégia de controle, a água, poluição aérea e suas resultantes, a Terra e o efeito estufa, o aquecimento da Terra (p. 258); “*A ameaça das guerras nucleares*” (p. 341), a “*Explosão populacional, degradação do meio ambiente, intolerância, xenofobia, racismo, fanatismo e terrorismo*” (p. 343). Com um mais curto interregno de 3 anos, Idelfonso Silveira de Carvalho alerta para o “*Rio São Francisco morre de sede*” (RIHG-MG, vol. XXIX, 2007:114) que alude ainda ao projeto de transposição das águas daquele rio no sertão nordestino.

O entendimento do Instituto a respeito das políticas centradas no espaço ocasiona um provável saber sobre este, concomitantemente a um maior domínio sobre o mesmo e “*as pessoas que ali vivem*”. A impressão deixada pela revista ao tratar dos conflitos espaciais é que estes, ao longo do tempo, tornam-se menos incisivos e assumem a forma da disputa “*jurídica*” – na maioria das vezes cordial e conduzida em conformidade a um conjunto de rotinas e procedimentos institucionalizados. Assim, os membros alinham-se ao longo de um *continuum* que em um de seus pólos, agregam o patriotismo, o civismo e de outro, as disputas, os conflitos, a diversidade e que logo devem ser afastados. Neste movimento, acertadas imagens/representações dos espaço/territórios foram fixadas e reiteradas e aparentemente noções de proximidade/distância desconsideram os processos históricos, sociais e econômicos, ou as possibilidades de sua reconstrução/desintegração.

### **Considerações finais**

É preciso ter em conta que existem lógicas prescritas no Instituto. De início o ingresso ao campo, ser membro - ainda que tenhamos uma análise incipiente para considerá-lo como tal. O IHG-MG se assevera com barreiras de entrada e apresenta um processo de oligarquização. A presença de membros de instituições de grande poder de decisão certamente pesa na regulação dos processos de conflito. Ela também indica que o campo atrela relações objetivas minimamente determinadas que cimentam a estrutura e demarcam o espectro de posicionamentos possíveis e desejáveis para cada membro, a fim de obter o “*melhor resultado possível*” quando dos impasses.

O diálogo delineado pela Revista não é para todos, por vezes se circunscreve aos seus iguais, mesmo que seja para leitura pública. Em inúmeros momentos ele visa garantir a representação de mérito que se enseja para Minas e a nação, além de conferir prestígio a

sua auto-imagem através da hagiografia dos notáveis. Desde sempre não se descarta a interação pedagógica que deve manter a relevância da tradição sob a orientação de técnica e de qualidade.

Nas publicações da Revista tende-se a compatibilizar “*preservação ambiental*” e “*desenvolvimento*”, ou seja, degradação e crescimento econômico de alguns segmentos sociais, assim como o “*nacional*” e o “*regional*”.

As temáticas sobre as quais a Revista versa seja para Minas ou para a nação, vão ao encontro da elaboração mítica e se reportam às idéias “*de coragem, abnegação, sacrifício, patriotismo e luta pela liberdade*” (FONSECA, 2007: 655), notadamente ao rememorar personagens, feitos e objetos.

Em suma, quanto vale Minas para a construção da identidade do Brasil? De acordo com o IHG-MG e reforçando a mineiridade, Minas assumiu e assume um papel marcante na história brasileira.

Acreditamos que neste momento nossas reflexões constituíram em um esforço, muito mais de questionamento a propósito dos aspectos cruciais de nossa trajetória histórica centrada na ação sobre o espaço em suas intencionalidades e possibilidades frente “*às imposições teóricas que condenavam o Brasil a um triste destino*” (ODÁLIA, 1997:16).

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008, 330p.
- ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ed. Ática, 1989,
- ALMEIDA, L.F.R. Lutas sociais e questões nacionais na América Latina: algumas reflexões. *Lutas sociais*, no. 17/18, p. 64-77, 2006.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990, 379p.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 6<sup>a</sup> ed., 1992.
- BOURDIEU, P. (1983). O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). **Sociologia**. Trad. Paula Montero e Alicia Auzmendi, São Paulo: Ática, p. 122-155.
- CARVALHO, J.M. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005.
- \_\_\_\_\_. **A formação das almas**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CASTRO I. Elias de. Do imaginário tropical à política. A resposta da geografia brasileira à história da maldição. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, n. 218 (11). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-11.htm>>. Acesso em: 13/03/2008.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2000.

DEL GAUDIO, Rogata S. O mapa enquanto discurso e o discurso do mapa. *Rev. Espaço Acadêmico*, no. 56, jan/2006. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>

FERREIRA, Lúcio M. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 13, n. 2, p. 271-92, abr.- jun. 2006.

FONSECA, Thaís N. de L. Representações de um passado de ouro: mitos, memória e imaginário da Inconfidência. In: RESENDE, Maria E. L de & VILLALTA, Luiz C. (orgs.) **História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 649-668, 2007.

HAESBAERT, Rogério e PORTO GONÇALVES, Carlos W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, 160p.

IHGB do Rio de Janeiro, <[www.ihgb.org.br/ihgb2.php](http://www.ihgb.org.br/ihgb2.php)>. Acesso em 09/01/2009.

LEFEBVRE, H. **La presence et l'absence: contribution a la théorie des représentations**. Paris: Casterman, 1980. 244p.

MARY, Cristina P. A geografia no Brasil nos últimos anos do Império. Rio de Janeiro, *Rev. da SBHC*, v. 3, n. 2, p. 156-171, jul./dez. 2005

MARTINS, José de S. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 1999, 210p.

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**. São Paulo: EDUNESP, 1997.

OLIVEIRA, L. L. **Americanos** – representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.

PÊCHEUX, M. “O mecanismo do (des) conhecimento ideológico”. In: ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 143-152, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, p. 143-220 (O território e o poder), 1983.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 1**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2007, 280 p.

ROCHA, D., e DEUSDARÁ, B. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *ALEA - Estudos Neolatinos*. Vol.7, nº. 2, Rio de Janeiro, p. 305-322, jul-dez 2005. <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517106X2005000200010&script=sci\\_arttext&tlng=e!n](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517106X2005000200010&script=sci_arttext&tlng=e!n)> Acesso: 19/01/2009.

ŽIŽEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: \_\_\_\_\_. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 7-38, 1996.

### **FONTES PRIMÁRIAS:**

- IHG-MG GERAIS. Estatuto, 1º. de abril de 2006, 19 p.

Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

- RIHG-MG, vol. I, 1943-44.

- RIHG-MG, vol. II, 1946.

- RIHG-MG, vol. III, 1948.

- RIHG-MG, vol. V, 1958.

- RIHG-MG, vol. VII, 1960.

- RIHG-MG, vol. VIII, 1961.

- RIHG-MG, vol. X, 1963.

- RIHG-MG, vol. XII, 1965-66.

- RIHG-MG, vol. XIV, 1969-70.

- RIHG-MG, vol. XV 1971-1972.

- RIHG-MG, vol. XVI, 1975.

- RIHG-MG, vol. XX, 1983-85.

- RIHG-MG, vol. XXI- 1986-91.

- RIHG-MG, vol. XXIII, 2000.

- RIHG-MG, vol. XXIV, 2001.

- RIHG-MG, vol. XXVI, 2005.

- RIHG-MG, vol. XXIX, 2007.

- RIHG-MG, vol. XXX, 2007.